



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA ECOLÓGICA**

LETÍCIA TEIXEIRA CARVALHO

**PLANO DE MANEJO DA RPPN “FAZENDA NÃO ME DEIXES” QUIXADÁ,
CEARÁ: DESAFIOS E EFETIVIDADE**

FORTALEZA

2025

LETÍCIA TEIXEIRA CARVALHO

EFETIVIDADE DO PLANO DE MANEJO DA RPPN “FAZENDA NÃO ME DEIXES”
QUIXADÁ, CEARÁ

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia Ecológica.

Orientadora: Profa. Dra. Aiala Vieira Amorim

Coorientador: Francisco Carlos Barboza Nogueira

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C325p Carvalho, Letícia Teixeira.
Plano de manejo da RPPN “Fazenda Não me Deixes” Quixadá, Ceará : desafios e efetividade / Letícia Teixeira Carvalho. – 2025.
52 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Aiala Vieira Amorim.

1. Conservação ambiental. 2. Ecoturismo. 3. Produção acadêmica. 4. Sustentabilidade. I. Título.

CDD 577

LETÍCIA TEIXEIRA CARVALHO

EFETIVIDADE DO PLANO DE MANEJO DA RPPN “FAZENDA NÃO ME DEIXES”
QUIXADÁ, CEARÁ

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia Ecológica.

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Aiala Vieira Amorim (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Carlos Barboza Nogueira (Coorientador)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho a minha avó Irene, que em um dia comum tomando café comigo, me perguntou se eu era feliz estudando economia ecológica, e eu prontamente respondi que sim, me fazendo perceber naquele momento o quanto eu adorava o que estava estudando, e então ela me disse que era isso que eu deveria continuar fazendo. Obrigada vó, pela linda lembrança que me deixou sobre seguir meu coração.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus orientadores, Prof.a Aiala Amorim e Prof. Carlos Barbosa, pela inestimável orientação, apoio e incentivo durante todo o processo de elaboração deste TCC. Agradeço a paciência, as valiosas sugestões e a constante disponibilidade para me auxiliar na superação dos desafios encontrados. Sem a expertise e dedicação de vocês, este trabalho não seria possível.

Expresso, também, a minha gratidão à banca examinadora composta pelos professores Dr. Aécio Alves de Oliveira e Dr. Antônio Roberto Xavier pela disponibilidade e atenção na correção deste trabalho.

Agradeço também a minha amiga de curso, Germana Batista, pela companhia e as valiosas discussões e colaboração durante todo o trajeto do curso e da pesquisa. Seu apoio foi indescritível.

Sou grata à minha família e amigos pelo apoio incondicional durante toda a minha trajetória acadêmica. Sou imensamente grata aos meus pais pelo amor, paciência e incentivo constantes. Agradeço também aos meus amigos, Ana Jaqueline Furtado, Daniel Borges e Flaviane Almeida, pelo companheirismo e por me proporcionarem momentos de descontração e alegria.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal do Ceará pelo acesso aos recursos e infraestrutura necessários para o desenvolvimento da pesquisa, e por me proporcionar a oportunidade de realizar este TCC.

“O homem é parte da natureza e a sua guerra contra a natureza é, inevitavelmente, uma guerra contra si mesmo.” (Rachel Carson, 1962).

RESUMO

A implementação eficaz dos planos de manejo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) ainda enfrenta desafios, especialmente na conciliação entre conservação ambiental, sustentabilidade financeira e participação da comunidade local. A RPPN Fazenda Não Me Deixes, situada em Quixadá, Ceará, exemplifica essa realidade e é o objeto deste estudo, que visa avaliar a efetividade do seu plano de manejo. Diante do exposto, objetiva-se com o presente trabalho, avaliar a efetividade do Plano de Manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” em Quixadá, Ceará. Para isso utilizou-se quanto ao método procedimental, um estudo de caso. Ressalta-se que é um trabalho de natureza básica, que apresenta uma abordagem qualitativa, possuindo uma tipologia exploratória quanto aos objetivos. Como técnica de coleta de dados utilizou-se observação direta, conversas informais com funcionários da fazenda e leitura conteudal. De acordo com as bases de dados utilizadas no presente estudo, os resultados indicam que, entre 2000 e 2024, a Fazenda Não Me Deixes foi mencionada em 13 artigos científicos e 14 trabalhos acadêmicos, evidenciando sua relevância como espaço de pesquisa interdisciplinar. A análise das visitas revelou um pico em 2014 e 2015, coincidindo com o maior volume de publicações acadêmicas, enquanto o período da pandemia da Covid-19 impactou negativamente a frequência de visitantes. A implementação de trilhas interpretativas, programas educativos e parcerias institucionais pode consolidar a reserva como um polo de turismo sustentável e pesquisa científica, promovendo sua autossuficiência econômica e ampliando seu impacto na conservação ambiental e educação patrimonial. A pesquisa destaca a necessidade de estratégias mais eficazes para garantir a viabilidade do plano de manejo e a manutenção da biodiversidade, destacando a relação entre a conservação do patrimônio natural, ecoturismo, produção acadêmica e a valorização cultural, contribuindo para a reflexão sobre os desafios da gestão de RPPNs, garantindo sua sustentabilidade a longo prazo.

Palavras-chave: conservação ambiental; ecoturismo; produção acadêmica; sustentabilidade.

ABSTRACT

The effective implementation of management plans in Private Natural Heritage Reserves (RPPNs) still faces challenges, especially in reconciling environmental conservation, financial sustainability, and local community participation. The RPPN Fazenda Não Me Deixes, located in Quixadá, Ceará, exemplifies this reality and is the subject of this study, which aims to evaluate the effectiveness of its management plan. In light of this, the present work seeks to assess the effectiveness of the Management Plan of the RPPN “Fazenda Não Me Deixes” in Quixadá, Ceará. To this end, a case study was adopted as the procedural method. It is noteworthy that this is basic research with a qualitative and quantitative approach and an exploratory typology in terms of objectives. Direct observation, interviews, and content analysis were used as data collection techniques. According to the databases used in this study, the results indicate that, between 2000 and 2024, Fazenda Não Me Deixes was mentioned in 25 scientific articles and 21 academic papers, highlighting its relevance as an interdisciplinary research site. The analysis of visitations revealed a peak in 2014 and 2015, coinciding with the highest volume of academic publications, while the Covid-19 pandemic period negatively affected visitor numbers. The implementation of interpretive trails, educational programs, and institutional partnerships could consolidate the reserve as a hub of sustainable tourism and scientific research, promoting its economic self-sufficiency and expanding its impact on environmental conservation and heritage education. This research underscores the need for more effective strategies to ensure the viability of the management plan and the maintenance of biodiversity, highlighting the relationship between natural heritage preservation, ecotourism, academic production, and cultural valuation. It also contributes to the reflection on the challenges of managing RPPNs, ensuring their long-term sustainability.

Keywords: environmental conservation; ecotourism; academic production; sustainability..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização da Fazenda Não Me Deixes, município de Quixadá, estado do Ceará, Brasil.....
28

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Descrição dos resumos científicos mencionando a “Fazenda Não me Deixes” e apresentados em anais de eventos científicos, entre os anos de 2000 e 2024, de acordo com as bases de dados citadas na metodologia..... 31

Quadro 2: Descrição dos artigos científicos mencionando a “Fazenda Não me Deixes”, entre os anos de 2000 e 2024, de acordo com as bases de dados citadas na metodologia..... 33

Quadro 3: Descrição dos trabalhos acadêmicos mencionando a “Fazenda Não me Deixes”, entre os anos de 2000 e 2024, de acordo com as bases de dados citadas na metodologia..... 36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	Reserva Particular Do Patrimônio Natural – RPPN.....	17
2.2	A RPPN Fazenda Não Me Deixes.....	20
2.3	Plano de Manejo.....	22
2.4	Economia Ecológica e Conservação em RPPNs.....	24
3	METODOLOGIA.....	27
3.1	Caracterização da pesquisa.....	27
3.2	Área de estudo.....	27
3.3	Dados coletados.....	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	30
4.1	Avaliação do Plano de manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” em Quixadá, Ceará.....	30
4.1.1	<i>Levantamento bibliométrico sobre a produção científica na “Fazenda Não me Deixes”.....</i>	30
4.1.2	<i>Número de visitantes.....</i>	41
4.1.3	<i>Outras considerações sobre o plano de manejo da RPPN Fazenda Não me Deixes..</i>	44
4.2	A efetividade dos planos de Manejo de outras RPPNs.....	45
5	CONCLUSÃO.....	48
	REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN’s são Unidades de Conservação – UC enquadradas na categoria de uso sustentável. Essa categoria tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais (Brasil, 2000). Esse tipo de UC vem propor e estabelecer normas aos proprietários que desejam ter áreas de suas propriedades preservadas como santuários da vida silvestre. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, criado pela Lei Federal nº 9.985 (Brasil, 2000), fixa as condições necessárias para se tornar uma reserva particular, bem como traz as condicionantes para assegurar a perpetuidade com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Nos seus limites somente são permitidas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Após a criação da RPPN, deve ser elaborado o seu plano de manejo em função dos objetivos gerais pelos quais ela foi criada. O plano de manejo é um documento elaborado a partir de estudos específicos que consistem em levantamentos de campo e bibliográficos do meio físico, biológico e social da área e da região onde a unidade de conservação está inserida. Segundo a Lei Federal nº 9.985 (Brasil, 2000), o plano de manejo consiste:

de um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Brasil, 2000).

Para as unidades de conservação do grupo de uso sustentável, que é o caso das RPPN’s, que coexistem com o regime de propriedade privada, o plano de manejo se apresenta como um instrumento valioso de orientação para uma adequada e eficiente gestão dos recursos naturais. Nesse sentido, o plano de manejo visa proteger a diversidade biológica da área da unidade de conservação, além de definir como os recursos naturais serão manejados com sustentabilidade e de proporcionar qualidade de vida para as populações locais e de seu entorno.

De fato, o plano de manejo é um verdadeiro guia para conduzir os proprietários

com relação ao que podem e não podem executar dentro dos limites da RPPN, e assim, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e disciplinar o seu processo de ocupação. Portanto, o plano de manejo é um documento complexo, elaborado a partir de diversos estudos que incorporam diagnósticos do meio físico, biológico e social. Para sua elaboração há necessidade de contar com uma equipe de profissionais especialistas em diversas áreas das ciências naturais e sociais, tais como, biologia, agronomia, geologia, sociologia, dentre outras. A equipe multidisciplinar é essencial para o processamento dos dados, visto que os levantamentos de campo serão utilizados para definir as ações e diretrizes constantes no plano de manejo de acordo com as variáveis ambientais e sociais da região e da especificidade da UC (Santos, 2011).

Vale ressaltar que devem constar no plano de manejo, como será a implantação das estruturas físicas, a forma de proteção da fauna e da flora, e sobretudo, incluir medidas para promover a integração da área com a vida econômica e social da população local. Ademais, é importante que seja feito o zoneamento para que seja definido os diferentes graus de proteção e regras de uso da Unidade de Conservação. Toda essa complexidade leva muitos proprietários de RPPN's a não elaborarem o plano de manejo de sua unidade. Por outro lado, quando o plano é elaborado faltam recursos humanos e financeiros para sua implementação.

A introdução do viés da economia ecológica neste estudo é essencial, pois permite uma análise crítica das interações entre a conservação e as necessidades econômicas das áreas privadas protegidas. Segundo Costanza *et al.* (1997), a economia ecológica é fundamental para compreender a necessidade de integrar o valor econômico dos serviços ecossistêmicos na gestão ambiental. Este trabalho discute como a efetividade do plano de manejo pode ser influenciada por fatores econômicos, como a viabilidade financeira da reserva e a potencial geração de receitas através do ecoturismo.

Conforme Primack e Rodrigues (2001), as áreas protegidas são essenciais para a preservação da biodiversidade, pois garantem refúgio para espécies ameaçadas, regulam os serviços ecossistêmicos e possibilitam o desenvolvimento de pesquisas científicas que subsidiam políticas públicas ambientais. Essa afirmação se aplica diretamente à RPPN Fazenda Não Me Deixes, pois a reserva desempenha um papel fundamental na conservação da Caatinga, um bioma rico em biodiversidade, mas altamente vulnerável. Além de garantir

proteção legal a uma área significativa da vegetação nativa, a RPPN “Fazenda Não Me Deixes” serve como um laboratório vivo para pesquisas científicas, permitindo a realização de estudos sobre fauna, flora e recuperação ambiental.

Ademais, conforme o plano de manejo da reserva, há uma forte ênfase na pesquisa e monitoramento ambiental, o que reforça o papel da RPPN como um espaço de produção de conhecimento científico e de educação ambiental. Assim, a RPPN “Fazenda Não Me Deixes” se alinha à visão de Primack e Rodrigues (2001) ao atuarem como uma referência na conservação da Caatinga e na implementação de práticas sustentáveis de gestão de unidades de conservação.

Dessa forma, a “Fazenda Não me Deixes” serve como um estudo de caso exemplar, onde as mudanças na biodiversidade e na qualidade ambiental após a implementação do plano de manejo serão analisadas, assim como o impacto dessas mudanças no turismo local. Diante do exposto, objetiva-se com o presente trabalho, avaliar a efetividade do Plano de Manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” em Quixadá, Ceará.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Reserva Particular Do Patrimônio Natural – RPPN

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), inseridas na Lei Federal nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), desempenham um papel crucial na ampliação e fortalecimento das áreas protegidas no Brasil. O SNUC, criado em 2000, foi um marco legal que consolidou um sistema abrangente de áreas protegidas, categorizando-as em diferentes tipos de unidades de conservação, de acordo com seus objetivos de manejo e grau de intervenção permitida. As RPPNs se destacam como uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, criada para incentivar os proprietários de terras a se envolverem nos esforços de conservação ambiental. Desde a sua regulamentação, as RPPNs têm experimentado um crescimento contínuo, refletindo um movimento crescente de conscientização entre os proprietários rurais sobre a importância da conservação da biodiversidade em suas terras. Esse crescimento é resultado tanto do suporte legislativo oferecido pelo SNUC quanto do crescente reconhecimento do valor ecológico e econômico dessas áreas. As RPPNs são uma resposta direta aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que ampliou o conceito de proteção ambiental para incluir a participação ativa da sociedade civil.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), agora integrado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), desenvolveu um processo formal que permite que os proprietários declarem suas áreas como RPPNs, conferindo-lhes um status jurídico que assegura a proteção integral e permanente dos recursos naturais nelas presentes. Como aponta Medeiros (2006), “a criação das RPPNs é um passo essencial para a conservação da biodiversidade, especialmente em um contexto em que as áreas públicas de proteção ainda são insuficientes para cobrir a vastidão e a diversidade dos ecossistemas brasileiros”. Ademais, Drummond e Franco (2009) destacam que “essas reservas privadas têm se mostrado eficazes na conservação de espécies ameaçadas e na manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais, complementando de forma estratégica o sistema público de áreas protegidas”.

As RPPNs são áreas de conservação situadas em propriedades privadas, criadas voluntariamente pelos proprietários com o objetivo de preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais presentes em suas terras. Essas reservas desempenham um papel essencial na conservação ambiental, complementando as áreas protegidas públicas, ao garantir a proteção de ecossistemas em locais onde a criação de unidades de conservação estatais seria difícil ou inadequada. As RPPNs são fundamentais para a proteção de espécies em risco, para a conservação dos serviços ecossistêmicos e para a promoção do uso sustentável dos recursos naturais. Ademais, elas contribuem para reduzir os efeitos negativos da fragmentação de habitats, ao conectar diferentes paisagens e facilitar o intercâmbio genético entre populações de espécies.

Criar uma RPPN não significa renunciar ao direito de propriedade, mas sim assumir um compromisso permanente de conservação, refletindo uma responsabilidade ambiental significativa por parte dos proprietários. Como observa Diegues (2000, p. 75), “as RPPNs representam uma abordagem inovadora para a conservação ambiental, pois incentivam a participação do setor privado, ao mesmo tempo em que garantem a perpetuidade das áreas protegidas”. Esse modelo de conservação em terras privadas é especialmente relevante em países como o Brasil, onde vastas áreas de propriedade privada abrigam uma rica e frequentemente ameaçada biodiversidade. Assim, as RPPNs são essenciais não apenas para a conservação da biodiversidade, mas também para promover uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade ambiental entre os proprietários de terras.

No que diz respeito à conservação podemos considerar:

Partindo-se da constatação de que a “conservação da natureza” não é somente um tema “naturalista” de proteção da “natureza selvagem e intocada”, mas também apresenta dimensões culturais e políticas, há necessidade de incorporar as ciências sociais e os saberes tradicionais na definição das políticas conservacionistas. Daí a necessidade de um enfoque interdisciplinar para a abordagem do tema, que incorpore também o conhecimento local, mas que ainda hoje é amplamente dominado pelas ciências naturais (Dupas, 2008; p.154).

As RPPNs são fundamentais para garantir a proteção de ecossistemas e espécies que muitas vezes não são suficientemente resguardadas por áreas protegidas públicas. Por serem criadas em propriedades privadas, essas reservas permitem a conservação de áreas

ecologicamente sensíveis, onde a criação de unidades de conservação públicas pode ser difícil devido a questões políticas ou econômicas. As RPPNs desempenham um papel vital na preservação de espécies ameaçadas, ao manter habitats que oferecem condições essenciais para a sua sobrevivência e reprodução. Ademais, ao promoverem a conservação em uma rede de áreas conectadas, às RPPNs contribuem para a continuidade ecológica, que é essencial para a troca genética entre populações e para a adaptação das espécies às mudanças ambientais. Essas reservas também são responsáveis por assegurar a provisão de serviços ecossistêmicos fundamentais, como a proteção de nascentes, a regulação do clima e a manutenção da qualidade do solo, que são benefícios tanto para a biodiversidade quanto para as comunidades humanas.

De acordo com Souza (2015), “as RPPNs representam um modelo de conservação que alia a preservação da biodiversidade com a sustentabilidade em propriedades privadas, oferecendo uma solução viável para a proteção de espécies e ecossistemas em áreas de grande importância ecológica.” Assim, as RPPNs são essenciais para a manutenção da biodiversidade brasileira e para o fortalecimento de uma gestão ambiental mais participativa e sustentável.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural enfrentam diversos desafios e oportunidades que refletem a complexidade de sua integração na estratégia nacional de conservação. Entre os principais desafios está a dificuldade em assegurar a sustentabilidade financeira a longo prazo, uma vez que muitos proprietários encontram dificuldades em cobrir os custos operacionais e de gestão das reservas. Ademais, a falta de suporte técnico e capacitação pode limitar a eficácia dos planos de manejo e dificultar a implementação de práticas de conservação adequadas.

Outro desafio é o equilíbrio entre a conservação e as atividades econômicas nas propriedades, o que pode gerar conflitos e reduzir a adesão dos proprietários às práticas de proteção ambiental. Apesar desses desafios, as RPPNs oferecem oportunidades significativas, como a possibilidade de promover o ecoturismo e outras atividades sustentáveis que podem proporcionar benefícios econômicos e aumentar a conscientização ambiental.

Ademais, as RPPNs podem servir como laboratórios para testar novas abordagens de conservação e como exemplos de gestão integrada de recursos naturais. Segundo Lima

(2016, p. 103), “as RPPNs possuem um potencial considerável para contribuir para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, desde que os desafios enfrentados sejam adequadamente abordados e transformados em oportunidades de inovação.” Portanto, enfrentar os desafios das RPPNs pode resultar em avanços importantes para a conservação e para a criação de modelos sustentáveis de uso da terra.

O desenvolvimento e a gestão das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Brasil têm enfrentado inúmeras dificuldades que colocam em risco a sua efetividade como ferramentas de conservação. Entre os principais obstáculos está a obtenção de sustentabilidade financeira a longo prazo. Muitos proprietários se deparam com desafios consideráveis para cobrir os custos contínuos de manutenção e gestão das reservas, que incluem desde a elaboração de planos de manejo até a vigilância constante contra práticas ilegais, como a caça e o desmatamento. A carência de incentivos financeiros adequados por parte do governo, aliada à limitada disponibilidade de financiamentos privados, dificulta a viabilidade econômica dessas reservas, deixando os proprietários à mercê de recursos próprios, que muitas vezes são insuficientes para assegurar a proteção ambiental pretendida.

Além dos desafios financeiros, a efetividade das RPPNs é comprometida pela falta de suporte técnico especializado e pela escassez de programas de capacitação voltados aos gestores. Sem orientação adequada, muitos proprietários podem falhar na implementação de práticas de conservação que realmente façam a diferença na biodiversidade local. A ausência de uma estrutura robusta de apoio técnico não apenas limita o potencial das RPPNs, como também desestimula novos proprietários a aderirem a essa iniciativa. Outro ponto de tensão é o equilíbrio entre a necessidade de conservação e as demandas econômicas das propriedades. A dependência de atividades econômicas como agricultura, pecuária e turismo para garantir a subsistência dos proprietários pode gerar conflitos entre os objetivos de conservação e os interesses econômicos, reduzindo a adesão a práticas ambientais rigorosas. Como observa Ferreira (2020):

As RPPNs representam um campo promissor para a inovação em conservação. Entretanto, sua efetividade depende da capacidade dos gestores em transformar desafios em oportunidades por meio de práticas sustentáveis que conciliem proteção ambiental e desenvolvimento econômico. A escassez de recursos e apoio governamental pode ser superada por parcerias estratégicas, que possibilitem o financiamento de atividades como o

ecoturismo, gerando renda e incentivando a preservação (Ferreira, 2020, p. 192).

A necessidade de compatibilizar a exploração econômica com a conservação exige uma abordagem dinâmica e integrada, onde práticas sustentáveis possam coexistir com a proteção ambiental. Embora esses desafios sejam substanciais, as RPPNs também apresentam oportunidades significativas para a promoção do ecoturismo e de outras atividades econômicas que respeitem o meio ambiente, gerando benefícios econômicos diretos para os proprietários e comunidades locais, ao mesmo tempo em que aumentam a conscientização ambiental. Essas áreas privadas podem se tornar verdadeiros laboratórios de inovação na gestão de recursos naturais, oferecendo modelos que podem ser replicados em outras regiões.

2.2 A RPPN Fazenda Não Me Deixes

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Não Me Deixes, situada no município de Quixadá, no estado do Ceará, é uma iniciativa exemplar no cenário da conservação ambiental no semiárido brasileiro. Fundada em 1998 por Rachel de Queiroz, uma renomada escritora e defensora da preservação ambiental, a fazenda abrange uma área total de 928 hectares, dos quais 300 hectares foram formalmente designados como RPPN. A formalização da reserva ocorreu por meio da Portaria nº 148/98 do IBAMA, que marcou um passo crucial na proteção dos recursos naturais da região.

O plano de manejo, elaborado em 2004, detalha de forma minuciosa as estratégias e abordagens técnicas para a gestão da reserva, abordando uma ampla gama de aspectos, desde a caracterização da geodiversidade até as particularidades da flora e fauna locais. O documento destaca a importância da área para a conservação da Caatinga, um bioma notoriamente ameaçado e que abriga uma biodiversidade única e adaptada às condições adversas do semiárido. O plano de manejo não só visa proteger a rica biodiversidade da RPPN “Fazenda Não Me Deixes”, mas também garantir a sustentabilidade dos recursos naturais, promovendo um modelo de conservação que equilibre a preservação com o uso sustentável do ambiente.

A implementação do plano de manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” enfrentou uma série de desafios complexos e multifacetados. A principal dificuldade residiu

na necessidade de harmonizar os objetivos de conservação com as práticas econômicas tradicionais da região, que incluem agricultura e pecuária. Integrar essas atividades ao plano de manejo exigiu um processo de negociação delicado com os proprietários locais, além da adaptação das práticas para minimizar impactos ambientais.

A execução das medidas propostas pelo plano também foi prejudicada por limitações financeiras e logísticas, exacerbadas pelas condições adversas do terreno, caracterizado por uma geografia acidentada e pela intensidade das secas na região. A equipe técnica composta por uma variedade de especialistas em biologia, geografia e áreas ambientais, enfrentou desafios adicionais relacionados à coleta e análise de dados em um ambiente extremamente exigente. Esses desafios foram fundamentais na formulação de estratégias adaptativas e na implementação de soluções práticas para a conservação da reserva.

Apesar das dificuldades, o plano de manejo da RPPN Fazenda Não Me Deixes apresenta um potencial significativo para gerar resultados positivos a longo prazo. O plano estabelece objetivos claros para a recuperação de áreas degradadas, proteção das espécies endêmicas e ameaçadas, e promoção de práticas de uso sustentável dos recursos naturais. O zoneamento da reserva, que inclui áreas dedicadas à proteção, visitação, administração e recuperação, foi cuidadosamente elaborado para equilibrar a conservação com o uso sustentável, visando proporcionar um ambiente favorável tanto para a preservação quanto para o desenvolvimento econômico sustentável.

Ademais, o plano de manejo prevê a promoção de atividades de educação ambiental e ecoturismo, que podem contribuir para o desenvolvimento econômico local e a conscientização sobre a importância da conservação. Estudos acadêmicos que utilizam a RPPN “Fazenda Não Me Deixes” como objeto de análise ressaltam a relevância do plano como um modelo de gestão integrada e eficiente, que pode servir de inspiração para outras RPPNs e influenciar positivamente a formulação de políticas públicas voltadas para a conservação no semiárido brasileiro. O sucesso da reserva pode ter um impacto significativo na promoção de estratégias de conservação em outras regiões, demonstrando a eficácia de abordagens bem estruturadas e a importância da integração de diferentes interesses e esforços para a proteção ambiental.

2.3 Plano de Manejo

O conceito de plano de manejo refere-se a um conjunto estruturado de diretrizes e ações planejadas para orientar a gestão de áreas protegidas, como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), com o objetivo de preservar a biodiversidade e assegurar a sustentabilidade ambiental e econômica da área. Este documento é elaborado com base em diagnósticos aprofundados da área, abrangendo a análise dos componentes bióticos e abióticos, o contexto socioeconômico e as pressões que podem comprometer a integridade da reserva.

Os objetivos de um plano de manejo incluem a conservação dos ecossistemas e espécies presentes, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais e a mitigação de impactos ambientais decorrentes de atividades humanas. Ademais, o plano de manejo estabelece estratégias para o monitoramento contínuo da área, recuperação de áreas degradadas, incentivo à pesquisa científica e desenvolvimento de atividades de educação ambiental e ecoturismo. Um plano de manejo eficaz é aquele que integra as necessidades de conservação com as realidades econômicas e sociais, buscando sempre equilibrar a preservação ambiental com o bem-estar das comunidades locais.

Como observa Arruda (2017):

“um plano de manejo bem elaborado é crucial para o sucesso das RPPNs, pois define os caminhos para a gestão efetiva da área protegida, conciliando a conservação com o uso responsável dos recursos naturais. Ele deve ser baseado em diagnósticos rigorosos e atualizados da área, considerando tanto os aspectos bióticos quanto abióticos, e deve englobar estratégias para enfrentar as pressões e ameaças que podem comprometer a integridade da reserva. Ademais, é fundamental que o plano de manejo contemple medidas para o monitoramento contínuo e a recuperação de áreas degradadas, incentivando também a pesquisa científica e a educação ambiental. O equilíbrio entre a conservação e as necessidades das comunidades locais é essencial para garantir que as RPPNs cumpram sua função de maneira sustentável e eficaz (Arruda, 2017, p. 58)”

Os principais componentes de um plano de manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural são fundamentais para assegurar a conservação efetiva dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais. O primeiro componente essencial é a caracterização ambiental, que inclui uma descrição detalhada das características físicas e biológicas da área,

como solo, relevo, hidrografia, vegetação e fauna. Esta seção fornece a base para todas as decisões de manejo, uma vez que mapeia os recursos naturais e identifica os valores ecológicos a serem preservados.

Outro componente crucial é a análise socioeconômica, que avalia o contexto humano e econômico em torno da RPPN, incluindo as atividades das comunidades locais, os usos do solo e as pressões econômicas que podem afetar a área. Essa análise é vital para identificar potenciais conflitos e oportunidades de integração entre a conservação e o desenvolvimento local. O plano de manejo também deve incluir a identificação de ameaças, como desmatamento, invasão por espécies exóticas e impactos de atividades humanas, e delinear estratégias específicas para mitigar esses riscos.

Ademais, o plano deve propor programas de manejo que abrangem a proteção dos habitats, o monitoramento ambiental, a recuperação de áreas degradadas, e a promoção de práticas sustentáveis como o ecoturismo e a educação ambiental. Esses programas devem ser acompanhados por um cronograma de implementação, metas claras e indicadores de sucesso, garantindo que as ações sejam realizadas de forma eficiente e possam ser ajustadas conforme necessário.

Segundo Silva (2017, p. 92), “os componentes de um plano de manejo são interdependentes e, quando bem articulados, garantem a efetividade da conservação e a viabilidade econômica das RPPNs, assegurando que essas áreas cumpram seu papel na preservação da biodiversidade.” Assim, os componentes de um plano de manejo devem ser elaborados de maneira integrada e adaptativa, assegurando a eficácia na gestão das RPPNs.

Os critérios de avaliação dos planos de manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são instrumentos indispensáveis para verificar se as metas de conservação e sustentabilidade estão sendo cumpridas e para orientar a implementação de melhorias contínuas. Primeiramente, a conformidade com a legislação ambiental é um critério básico, assegurando que o plano atenda a todas as exigências legais e normativas. Ademais, a eficácia na conservação da biodiversidade é avaliada por meio de indicadores específicos, como o estado de conservação das espécies e habitats prioritários, a integridade dos ecossistemas e a eficácia dos programas de monitoramento de fauna e flora.

Outro critério crucial é a análise da sustentabilidade econômica das ações

propostas, que inclui a avaliação de fontes de financiamento, custos operacionais e a geração de receitas, por exemplo, através do ecoturismo. A participação da comunidade local e o impacto social das ações também são componentes essenciais da avaliação, uma vez que o envolvimento e o apoio dos habitantes locais são fundamentais para o sucesso de longo prazo da reserva. A capacidade do plano de manejo de se adaptar a mudanças, através de mecanismos de revisão periódica e monitoramento constante, é outro critério importante, garantindo que a gestão da RPPN possa responder de forma eficaz a novos desafios e oportunidades.

Segundo Mendes (2018, p. 85), “a aplicação rigorosa de critérios de avaliação é fundamental para assegurar que os planos de manejo não apenas atendam às expectativas iniciais, mas que também sejam ajustados e aprimorados conforme necessário para maximizar sua eficácia na conservação da biodiversidade.” A utilização desses critérios permite uma gestão mais assertiva e adaptativa das RPPNs, assegurando a conservação a longo prazo.

2.4 Patrimônio Natural, Economia Ecológica e Conservação em RPPNs

Os patrimônios naturais representam áreas de relevante importância ecológica, científica, cultural e paisagística, sendo essenciais para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Segundo Medeiros e Garay (2006), esses patrimônios podem ser classificados em diferentes categorias, conforme sua relevância ambiental e o tipo de proteção legal que recebem. No Brasil, destacam-se três principais tipos:

1. **Patrimônio Natural Mundial:** São áreas reconhecidas internacionalmente por sua importância para a humanidade, recebendo a designação da UNESCO. No Brasil, locais como o Parque Nacional do Iguaçu e a Floresta Amazônica integram essa categoria. De acordo com Drummond (1997), esse reconhecimento fortalece a conservação desses espaços e incentiva políticas públicas voltadas à sustentabilidade.
2. **Reservas Naturais e Unidades de Conservação:** Inclui parques nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental, criadas para proteger ecossistemas e promover a sustentabilidade. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, estabelece diretrizes para a gestão dessas áreas

3. **Patrimônio Geológico e Paisagístico:** Abrange formações geológicas de grande valor científico, como cavernas, cânions e serras, além de paisagens naturais de importância estética e ambiental. A preservação desses espaços é essencial tanto para a pesquisa científica quanto para o ecoturismo e a educação ambiental.

Dessa forma, os patrimônios naturais desempenham um papel fundamental na proteção dos ecossistemas e na promoção do desenvolvimento sustentável, garantindo a manutenção da biodiversidade e a valorização dos recursos naturais para as futuras gerações.

A economia ecológica emerge como uma abordagem interdisciplinar que busca integrar os sistemas econômicos e ecológicos, reconhecendo que a economia está inserida dentro do ambiente natural e depende diretamente dos recursos e serviços ecossistêmicos para seu funcionamento e sustentabilidade. Enquanto a economia convencional tende a focar no crescimento econômico contínuo, a economia ecológica propõe uma perspectiva que reconhece a finitude dos recursos naturais e a capacidade limitada dos ecossistemas de absorver resíduos e suportar atividades humanas. Essa abordagem questiona a viabilidade de um crescimento econômico ilimitado em um planeta com recursos finitos, sugerindo que o verdadeiro desenvolvimento deve ser medido não apenas em termos de crescimento econômico, mas também pela capacidade de manter a saúde e a funcionalidade dos ecossistemas.

A economia ecológica também introduz o conceito de “crescimento decrescente” (ou *steady-state economy*), onde o objetivo é alcançar uma economia equilibrada que opere dentro dos limites ecológicos, priorizando a qualidade de vida e a sustentabilidade em vez de um crescimento econômico contínuo. De acordo com Martínez-Alier (2002, p. 12), “a economia ecológica desafia a visão tradicional da economia ao enfatizar a necessidade de internalizar as externalidades ecológicas e de adotar uma abordagem mais holística para o bem-estar humano e a sustentabilidade do planeta.” Dessa forma, a economia ecológica não apenas amplia a compreensão do papel dos recursos naturais na economia, mas também promove políticas e práticas que visam a sustentabilidade a longo prazo.

A valoração econômica dos serviços ecossistêmicos representa um avanço significativo na maneira como a sociedade avalia e protege os recursos naturais. Ao atribuir valor monetário aos benefícios que os ecossistemas fornecem, como a purificação da água, a regulação climática, a proteção contra desastres naturais e o suporte à biodiversidade, torna-se possível integrar essas contribuições ao sistema econômico, incentivando sua conservação e uso sustentável. Esse processo de valoração é fundamental para corrigir a falta de reconhecimento econômico que frequentemente resulta na degradação e perda de serviços ecossistêmicos essenciais. A inclusão desses valores nas políticas e práticas de mercado pode modificar o comportamento dos agentes econômicos, direcionando-os para práticas mais sustentáveis.

Como argumentam Farber, Costanza e Wilson (2002, p. 376), “a valoração econômica dos serviços ecossistêmicos pode ajudar a superar a falha de mercado associada à sua invisibilidade, promovendo a conservação por meio de incentivos econômicos.” Da mesma forma, Pagiola, von Ritter e Bishop (2004, p. 3) afirmam que “ao identificar e quantificar os benefícios econômicos dos ecossistemas, podemos criar mecanismos financeiros que recompensem a conservação e o uso sustentável, como os pagamentos por serviços ambientais.” Dessa forma, a valoração econômica não apenas realça a importância dos ecossistemas, mas também promove uma gestão que integra as dimensões ecológica e econômica, essencial para alcançar um desenvolvimento sustentável.

A economia ecológica desempenha um papel fundamental na gestão das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), ao proporcionar uma base teórica e prática para integrar a conservação da biodiversidade com a viabilidade econômica. Esse campo de estudo aborda as interações complexas entre os sistemas ecológicos e econômicos, promovendo a ideia de que a conservação ambiental deve ser vista como um ativo econômico, essencial para o desenvolvimento sustentável. Nas RPPNs, a aplicação dos conceitos da economia ecológica permite o desenvolvimento de estratégias que incentivam a proteção dos ecossistemas, como a criação de mercados para serviços ambientais e a promoção do ecoturismo, que não apenas geram receita, mas também reforçam a importância da conservação.

Como destacam Daly e Farley (2004, p. 22), “a economia ecológica fornece ferramentas para avaliar o verdadeiro valor dos recursos naturais, possibilitando a

implementação de políticas que garantam a sustentabilidade das RPPNs ao alinhar os objetivos econômicos com as necessidades de preservação.” Ademais, essa abordagem promove a inclusão de múltiplos stakeholders na gestão das RPPNs, assegurando que as decisões tomadas reflitam um equilíbrio entre os interesses econômicos, sociais e ambientais. Como observa Gómez-Baggethun et al. (2010, p. 1210), “a economia ecológica oferece uma estrutura crítica para entender como os incentivos econômicos podem ser usados para promover a conservação, fortalecendo a gestão das RPPNs e outras áreas protegidas privadas.”

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Quanto ao método procedimental, a presente pesquisa trata-se de um estudo de caso do plano de manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” em Quixadá, Ceará. Ressalta-se que é um trabalho de natureza básica, que apresenta uma abordagem qualitativa, possuindo uma tipologia exploratória descritiva quanto aos objetivos. Como técnica de coleta de dados utilizou-se observação direta, conversas informais com os funcionários e leitura conteudal.

O estudo de caso é uma estratégia metodológica que permite uma análise detalhada de uma especificação dentro de seu contexto real, utilizando múltiplas fontes de evidência para garantir maior profundidade na investigação (Yin, 2015). Já Creswell (2014) ressalta que uma pesquisa qualitativa não se limita à coleta de dados, mas inclui um processo reflexivo e interativo, no qual a análise ocorre de forma simultânea à investigação empírica, permitindo ajustes e aprofundamentos ao longo do estudo. Ademais, a pesquisa exploratória, ao empregar técnicas como observação direta, entrevistas e análise de conteúdo, favorece a coleta de informações ricas e diversificadas, ampliando a validade dos achados e permitindo uma interpretação mais fundamentada dos resultados (Gil, 2019).

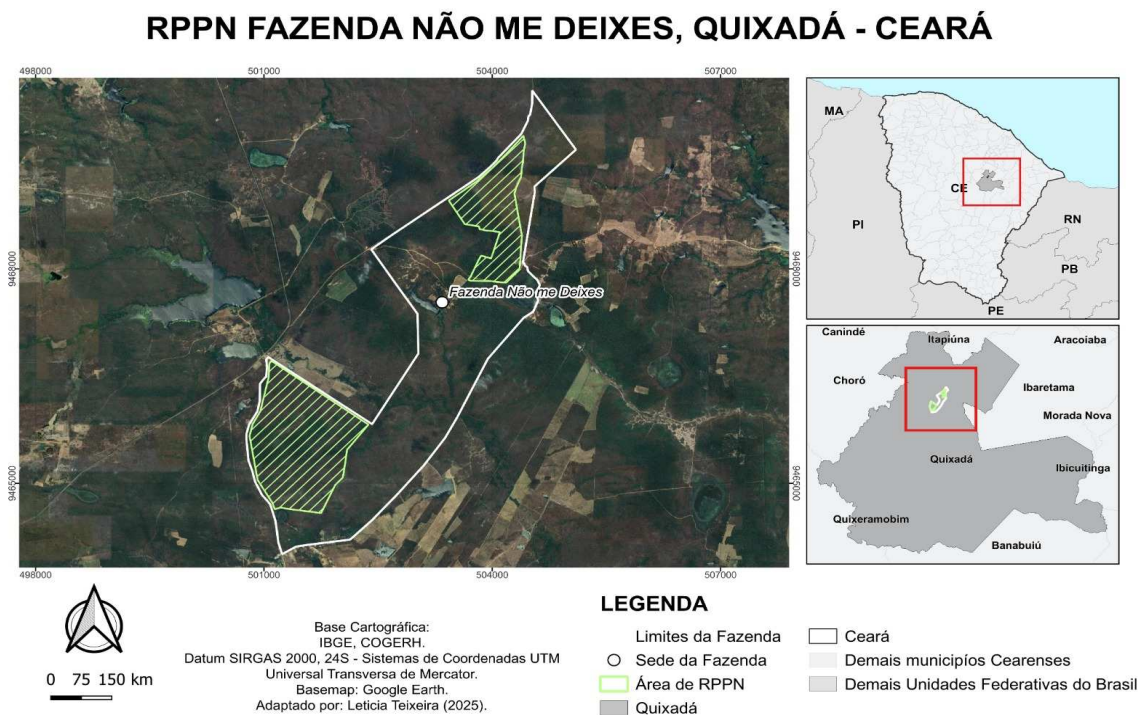
3.2 Área de estudo

A Fazenda Não me Deixes está localizada no distrito de Daniel de Queiroz no município de Quixadá, Estado do Ceará. Está distante, aproximadamente, 15 km da sede do município. O acesso à RPPN Não me Deixes, partindo de Fortaleza no quilômetro 01 da rodovia estadual 060, é realizado seguindo pela CE-060 por aproximadamente 158 km até o entroncamento com uma estrada vicinal, nas proximidades da localidade de Daniel Queiroz. Deste, segue pela estrada vicinal por 1.000 m até a sede da “Fazenda Não me Deixes”, propriedade onde está localizada a RPPN de mesmo nome.

Com área de 928 hectares, a fazenda Não Me Deixes geograficamente está localizada entre as latitudes 04°46'38,29”S e 04°51'28,72”S e longitudes 38°56'32,0”W e 39°0'12,28”W (Datum SAD69), e altitude de 210 m acima do nível do mar (Figura 01). O

clima do município de Quixadá é classificado como Tropical Quente Semiárido com inverno seco e verão chuvoso - BSh de Köppen-Geiger, com pluviosidade média anual de 731 mm, concentrada nos meses de janeiro a junho (FUNCEME, 2020). A temperatura anual média é de 28.2 °C, a média das máximas é 33.4 °C e a média das mínimas é 22.9 °C (INMET, 2020). A insolação anual é de 3143.8 h, com a menor registrada em março (216.5 h mês⁻¹) e a maior em outubro (368.1 h mês⁻¹) (EMBRAPA, 2004). A cobertura florestal é representada por vegetação de Caatinga arbórea caducifólia espinhosa. Os Luvissoles e Argissolos são as duas classes de solos mais comuns na área.

Figura 1: Mapa da localização da RPPN “Fazenda Não Me Deixes”, município de Quixadá, estado do Ceará, Brasil



Fonte: Autora (2025).

3.3 Dados coletados

Foram realizadas viagens de campo para percorrer a área da UC e documentar através de registros fotográficos possíveis danos à fauna e à flora. Realizou-se conversas

informais com moradores do local e do entorno para conhecer as visões e valores daqueles que residem dentro e fora da UC. Ademais, foi feita uma pesquisa documental para registro do número de visitantes.

Para a fundamentação teórica desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliométrico sistemático, abrangendo livros, artigos científicos, dissertações e teses sobre conservação ambiental, manejo de unidades de conservação e a importância das RPPNs na conservação da Caatinga. A pesquisa foi conduzida em bases acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Periódicos CAPES, Google Acadêmico, BDTD, IBICT, Scopus e Web of Science, garantindo acesso a estudos relevantes e atualizados.

Foram priorizados trabalhos publicados nos últimos 20 anos, selecionados com base na pertinência ao tema e na aplicabilidade para a RPPN Fazenda Não Me Deixes. Esse levantamento permitiu não apenas contextualizar teoricamente a pesquisa, mas também comparar diferentes abordagens de gestão de RPPNs, contribuindo para uma análise crítica sobre os desafios e potencialidades da RPPN "Fazenda Não Me Deixes" como modelo de conservação no semiárido brasileiro.

Os dados dos visitantes foram coletados por meio de assinaturas em cadernos que eram recolhidas por um funcionário responsável pela organização das visitas na fazenda. Neste caderno, os visitantes assinavam seus nomes, a data da visita e seu local de origem. Os cadernos foram analisados, escaneados e em seguida foi contabilizado o total de visitas por mês e por ano.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Avaliação do Plano de manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” em Quixadá, Ceará.

A análise do papel das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no contexto da conservação ambiental e da sustentabilidade revela uma interseção complexa e vital entre os objetivos de conservação e as realidades econômicas. Este estudo traz uma avaliação da efetividade do Plano de Manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” em Quixadá, Ceará, destacando a importância das RPPNs como um modelo inovador de conservação em terras privadas, evidenciando sua relevância para a proteção da biodiversidade e a promoção de práticas de uso sustentável dos recursos naturais.

A RPPN Fazenda Não Me Deixes, situada no semiárido do Ceará, exemplifica os desafios e as oportunidades inerentes à gestão de RPPNs. Incentivada por Rachel de Queiroz, a RPPN “Fazenda Não Me Deixes” representa um modelo de gestão que busca equilibrar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável dos recursos naturais. O plano de manejo elaborado em 2004 para essa reserva enfrentou desafios significativos, incluindo a harmonização dos objetivos de conservação com práticas econômicas tradicionais e limitações financeiras e logísticas.

O Plano de Manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” está estruturado em diversas questões fundamentais, abrangendo a história de criação da reserva, seus aspectos legais, a caracterização dos fatores abióticos (como clima, vegetação, hidrografia e fauna), a análise da área do entorno (incluindo economia, turismo, educação, cultura e infraestrutura) e a organização interna da RPPN, que envolve visitas, sistema de gestão, monitoramento e atividades desenvolvidas na reserva. Além disso, o documento estabelece normas de uso da propriedade. A formulação do plano foi baseada em levantamentos detalhados sobre a fauna, flora, geodiversidade e os aspectos socioeconômicos da região, definindo diretrizes para a proteção e o uso sustentável da reserva. A participação da comunidade e de instituições ambientais foi essencial para garantir a efetividade das ações propostas.

O zoneamento da RPPN Fazenda Não Me Deixes é um dos principais instrumentos de gestão estabelecidos pelo plano de manejo, dividindo a reserva em áreas com diferentes níveis

de uso e proteção. Entre as zonas estabelecidas, destacam-se a Zona Silvestre, destinada à preservação da biodiversidade e pesquisas científicas; a Zona de Proteção, que visa minimizar impactos ambientais e facilitar a regeneração da vegetação; a Zona de Visitação, voltada para atividades de educação ambiental; e a Zona de Recuperação, onde são promovidas ações para restaurar áreas degradadas.

Além do zoneamento, o plano de manejo estabelece programas de manejo essenciais para a administração da RPPN. Esses programas incluem a Administração, que abrange infraestrutura e gestão de recursos; Proteção e Fiscalização, visando coibir atividades ilegais como caça e desmatamento; Pesquisa e Monitoramento, que fomenta estudos científicos sobre a biodiversidade local; Visitação, com diretrizes para o turismo ecológico e educação ambiental; Sustentabilidade Econômica, que busca garantir a viabilidade financeira da reserva; e Comunicação e Integração com a Área de Influência, promovendo o engajamento da comunidade local.

As normas estabelecidas pelo plano de manejo são rigorosas para garantir a proteção ambiental da RPPN. Entre as principais diretrizes, destacam-se a proibição da caça e coleta de espécies da fauna e flora, exceto para fins científicos mediante autorização; a vedação ao ingresso de pessoas com armas ou materiais de corte; a restrição à entrada de animais domésticos, evitando impactos na fauna nativa; e a necessidade de autorização para qualquer pesquisa ou atividade dentro da reserva. Essas diretrizes visam assegurar que a RPPN Fazenda Não Me Deixes continue cumprindo seu papel como um refúgio ecológico e modelo de conservação no semiárido brasileiro.

O plano estabelece um sistema robusto de gestão para a proteção da biodiversidade e a promoção de práticas de uso sustentável. Os estudos acadêmicos sobre a RPPN Fazenda Não Me Deixes podem destacar a eficácia do plano de manejo como um modelo de gestão integrada que pode servir de inspiração para outras RPPNs e influenciar positivamente as políticas públicas de conservação no semiárido brasileiro. Os tópicos a seguir trazem um recorte com informações sobre a produção científica e a visitação na “Fazenda Não me Deixes” após a implantação do plano de manejo.

4.1.1 Levantamento bibliométrico sobre a produção científica na RPPN “Fazenda Não me Deixes”

Após a realização do levantamento bibliométrico nas bases de dados referidas na metodologia deste trabalho, observou-se que entre os anos de 2016 e 2024 foram publicados 3 resumos científicos usando a RPPN “Fazenda Não me Deixes” como objeto de estudo, com abordagens de temas diversos que vão desde a literatura portuguesa até meio ambiente (Quadro 1).

Quadro 1: Descrição dos resumos científicos usando a RPPN “Fazenda Não me Deixes” como objeto de estudo e apresentados em anais de eventos científicos, entre os anos de 2000 e 2024, de acordo com as bases de dados citadas na metodologia

Título	Autores	Local da Publicação	Ano
Diversidade do componente herbáceo em três áreas no semiárido do Ceará	Miranda, R da Rocha; Gomes, FM; Loiola, MIB	Repositório Institucional da UFC	2016
Diversidade cronogênica de actinobactérias do solo de Quixadá - Uma região do semiárido brasileiro.	FAE de Brito, M de Sousa Pinheiro, SC Silveira	I Congresso internacional da diversidade do semiárido - CONIDIS	2016
Flora of Ceará, Brazil: Rhamnaceae	MVCC Silva, LM Sousa, RTM Ribeiro, RL Soares	SciELO Brasil	2022

Fonte: Autora (2025).

O resumo científico é uma síntese que apresenta de forma concisa os principais aspectos de uma pesquisa. Segundo Marcuschi (2008), “o resumo é um gênero textual essencial para a comunicação científica, pois condensa ideias centrais, permitindo uma leitura

rápida e eficaz”. Seu objetivo é informar ao leitor sobre o conteúdo do trabalho, incluindo objetivo, metodologia, resultados e conclusões, de modo a facilitar a compreensão e orientar a decisão sobre a leitura completa.

Uma referência relevante sobre a importância da apresentação de resumos científicos é o livro “Manual de Comunicação Científica: a produção do conhecimento nas ciências”, de Gilberto Cotrim e João Soares Neto, no qual os autores afirmam que “o resumo científico deve ser claro, objetivo e apresentar os principais aspectos da pesquisa, permitindo que outros pesquisadores compreendam rapidamente a relevância do estudo e possam utilizá-lo como referência para novas investigações” (Cotrim; Neto, 2019, p. 45).

Essa afirmação se aplica diretamente à RPPN Fazenda Não Me Deixes, visto que a reserva abriga pesquisas voltadas para a conservação da Caatinga e necessita de ampla divulgação científica para fortalecer seu reconhecimento acadêmico. A elaboração de resumos científicos sobre os estudos desenvolvidos na reserva não só facilita a disseminação do conhecimento, como também possibilita que gestores e pesquisadores embasem suas decisões de manejo e conservação ambiental.

Após levantamento bibliométrico foram encontrados 13 artigos científicos usando a RPPN “Fazenda Não me Deixes” como objeto de estudo, muitos destes, com dados coletados na própria fazenda (Quadro 2). Observa-se que entre os anos de 2014 e 2015 foram encontradas 7 publicações de artigos científicos, sendo o maior número encontrado no período entre os anos de 2003 e 2024 de acordo com as bases de dados utilizadas. Esses dados evidenciam a importância da RPPN - Não me Deixes como um espaço cultural, histórico e ecológico.

Quadro 2: Descrição dos artigos científicos usando a RPPN “Fazenda Não me Deixes” como objeto de estudo, entre os anos de 2003 e 2024, de acordo com as bases de dados citadas na metodologia

Título	Autores	Dados do Periódicos	Ano
--------	---------	---------------------	-----

Densidade, germinação e flora do banco de sementes no solo, no final da estação seca, em uma área de caatinga, Quixadá, CE.	Costa, R.C; Araújo F.S	Acta Botânica Brasilica	2003
Caracterização da germinação e morfologia de frutos, sementes e plântulas de <i>Dalbergia cearensis</i> Ducke (pau-violeta)-Fabaceae.	F. C. B Nogueira, S. Medeiros Filho, M.I Gallão	Acta Botânica Brasilica	2010
Crescimento inicial de <i>Piptadenia stipulacea</i> (Benth.) Ducke (Mimosaceae) e <i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan var. <i>cebil</i> (Griseb.) Altshul (Mimosaceae) sob diferentes níveis de sombreamento.	Ferreira, W.N; Zandavalli, R.B; Bezerra, A.M.E.	Acta Botânica	2012
Fenologia de <i>Dalbergia cearensis</i> Ducke (Fabaceae) em um fragmento de floresta estacional, no semiárido do Nordeste, Brasil.	F.C.B. Nogueira, A.J.S Pacheco Filho, M.I Gallão	Revista Árvore	2013
Efeito da temperatura e luz na germinação de sementes de <i>Dalbergia cearensis</i> Ducke.	F.C.B Nogueira, M.I Gallão, A.M.E Bezerra	SciELO Brasil	2014
Efeito do pousio na recuperação de um solo sob	S.C. Martins, M. Pinheiro, A.V. Oliveira, J. Fialho	Enciclopédia Biosfera	2014

caatinga no semiárido brasileiro.			
Os lugares de Rachel de Queiroz: Geograficidade e patrimônio.	Cavalcante, T.V.	CAPES	2014
Fauna edáfica em agroecossistema semiárido com 17 anos de pousio.	F. Alves, A.R. Lima, J. Fialho	Enciclopédia Biosfera	2016
Fauna edáfica como bioindicadora de restauração com arbóreas nativas, em área de caatinga.	F. Alves, J. Fialho, F.C.B. Nogueira, L. Maia	Agrarian Academy	2017
Efeito da antropização sobre a produção da enzima xilanase em actinobactérias.	J. Sousa, I. Lira, S.C. Martins, C. Martins	Enciclopédia Biosfera	2018
Diversidade de cepas de actinobactérias da RPPN “Fazenda Não me Deixes”- Quixadá (CE).	M.J. Silva, J. Sousa, S.C. Martins, C. Martins	Enciclopédia Biosfera	2019
Entomogenous galls and their associated fauna in deciduous dry forest and woodland vegetation remnants (Caatinga) in the Northern Depressão Sertaneja, Brazil.	R.A. Marinho, V.C. Maia, M.R.V. Barbosa	SciELO Brasil	2023
Soil characterization by near-infrared spectroscopy and principal component analysis.	M.I. Aguiar, L.P.D. Ribeiro, A.P. Ramos	SciELO	2021

O artigo científico é um gênero textual fundamental para a comunicação acadêmica, caracterizado por sua objetividade, clareza e rigor metodológico. Trata-se de um meio pelo qual pesquisadores apresentam os resultados de suas investigações, possibilitando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e contribuindo para o avanço do conhecimento. Conforme Severino (2007), “o artigo é o formato preferencial para a difusão do conhecimento, pois exige rigor metodológico e uma abordagem sintética, o que o torna acessível a uma audiência ampla”. Dessa forma, cada artigo que foi apresentado com o tema da RPPN- Não me Deixes contribui para que ampliação, monitoramento, a importância dos dados recolhidos.

Foram publicados 14 trabalhos acadêmicos usando a RPPN “Fazenda Não me Deixes” como objeto de estudo, com temas variando entre literatura, meio ambiente e história local (Quadro 3). Desse total, foram publicadas 5 monografias, 3 dissertações e 6 teses. A produção científica é essencial para o desenvolvimento do conhecimento humano e para o fortalecimento das mais diversas áreas do saber. No ambiente acadêmico, ela representa o esforço contínuo de pesquisa, análise e disseminação de informações, desempenhando um papel central na construção e transformação da ciência e da sociedade. Segundo Lakatos e Marconi (2017), “a ciência progride a partir da investigação sistemática e da comunicação de resultados, permitindo que as descobertas sejam avaliadas, validadas e utilizadas para novos avanços”.

Quadro 3: Descrição dos trabalhos acadêmicos usando a RPPN “Fazenda Não me Deixes” como objeto de estudo, entre os anos de 2000 e 2024, de acordo com as bases de dados citadas na metodologia

Título	Autores	Modalidade	Ano
Fitoecologia de Caatingas: Fazenda Não Me Deixes - Quixadá - Ce	Rodrigues, M. L. de Maria.	Dissertação	2000
Ecofisiologia da germinação e do crescimento inicial de <i>Piptadenia</i>	Ferreira, W. N	Dissertação	2011

<i>stipulacea</i> (Benth.) Ducke e <i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan			
Germinação, desenvolvimento inicial, fenologia e distribuição espacial da espécie <i>Dalbergia</i> <i>cearensis</i> Ducke	Nogueira, F.C.B	Tese	2012
Análise florística e fitossociológica do estrato arbustivo - arbóreo de duas áreas de caatinga na fazenda Não me Deixes, Quixadá-CE (Brasil)	Mota, P. K. da Silva	Monografia	2012
Estudo cromatográfico, espectroscópico e farmacológico de alcaloides plumeranos das sementes de <i>Aspidosperma</i> <i>pyrifolium</i> mart	Nogueira, P. C. do Nascimento	Tese	2014
Proposta de delimitação de reserva legal: O caso da fazenda Não Me Deixes, Quixadá-CE	Cubas, J.A	Monografia	2015
Técnicas de recuperação florestal em áreas perturbadas na Caatinga, Ceará	Gonçalves, M.P.M	Tese	2017
Banco de sementes ao longo de um gradiente sucessional no semiárido brasileiro	Gomes, F.M	Monografia	2018
Fatores socioambientais indutores de atropelamento da fauna silvestre	Almeida, L.T. de	Dissertação	2019

Interações positivas entre actinobactérias e rizóbios oriundos de áreas antropizadas do semiárido	Sousa, J. B. de	Tese	2020
Equações alométricas para estimar biomassa e carbono estocado na floresta tropical sazonalmente seca do Ceará, Nordeste do Brasil	Dobe, E. Kirsten	Monografia	2021
Quantificação da biomassa e do carbono estocado na reserva particular do patrimônio natural Fazenda Não Me Deixes, Quixadá, Ceará	Rodrigues, L. S	Monografia	2021
Riqueza e distribuição de Basidiomycota no Ceará, Nordeste do Brasil	Oliveira, FMGS	Monografia	2022
Sustentabilidade do manejo florestal em áreas de Caatinga: uma avaliação comparativa utilizando modelos alométricos	Silva Filho, J..B	Monografia	2022

Fonte: Autora (2025).

Trabalhos acadêmicos exigem uma metodologia rigorosa de pesquisa, que inclui uma definição clara do problema de pesquisa, uma revisão bibliográfica, uma escolha de métodos de coleta de dados e uma análise crítica dos resultados. Essa estrutura metodológica é essencial para garantir a adição dos resultados apresentados, sendo uma das principais características que diferenciam a produção acadêmica de outros tipos de escrita. Conforme Lakatos e Marconi (2010), a metodologia é a “espinha dorsal do trabalho acadêmico”, pois é a

partir dela que o pesquisador organiza seu estudo de maneira sistemática e coerente, garantindo a relevância e a qualidade de suas conclusões.

Por meio de abordagens metodológicas bem definidas, a produção científica permite organizar informações dispersas em saberes estruturados, desenvolvendo descobertas isoladas em teorias mais amplas e consistentes. Isso possibilita a construção de bases sólidas para o aprendizado e a inovação. A publicação de artigos e outros trabalhos científicos, frequentemente submetidos à revisão por pares, garante a confiabilidade das informações, e com isso, muitas pesquisas resultam em avanços inovadores para a sociedade, seja no campo tecnológico, social ou ambiental. Evidenciando a importância da produção científica.

Como observado nos resultados referentes à produção científica realizada na Fazenda Não Me Deixes, percebe-se que este território possui um ambiente natural que oferece grande potencial para estudos científicos em diferentes áreas que vão desde a biodiversidade, a ecologia, o manejo sustentável, a história da literatura, dentre outros. Inclusive, o plano de manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Não me Deixes, incentiva parcerias com universidades e instituições de pesquisa para ampliar o conhecimento sobre o ecossistema local, utilizando-o como base para ações de conservação (Associação dos Proprietários de RPPN do estado do Ceará, 2012). Ademais, estabelece diretrizes claras para a produção científica, destacando a importância da pesquisa na ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade local e na orientação das estratégias de conservação da reserva.

Ademais, reforça que os estudos desenvolvidos na RPPN devam estar alinhados com os princípios da conservação ambiental, garantindo que as atividades científicas não comprometam a integridade dos ecossistemas protegidos. Dessa forma, a produção científica na RPPN Não me Deixes não apenas contribui para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também se torna um elemento essencial para a tomada de decisões na conservação da Caatinga, reforçando o papel da reserva como um espaço de pesquisa e educação ambiental.

Vale ressaltar, que o plano também prevê o estabelecimento de um banco de dados para catalogar as pesquisas realizadas na área, possibilitando a criação de um acervo científico acessível para consulta e gestão. Nesse sentido, o documento destaca que os dados gerados por pesquisas devem ser sistematicamente organizados e disponibilizados para a gestão da

unidade, garantindo sua aplicação no monitoramento ambiental e na avaliação das ações de manejo.

A efetividade das RPPNs está intrinsecamente ligada à implementação de planos de manejo bem estruturados e adaptativos. O conceito de plano de manejo, essencial para a gestão das RPPNs, envolve a elaboração de diretrizes e ações planejadas para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental e econômica da área. Arruda (2017, p. 58) enfatiza que “um plano de manejo bem elaborado é crucial para o sucesso das RPPNs, pois define os caminhos para a gestão efetiva da área protegida, conciliando a conservação com o uso responsável dos recursos naturais.” Esta citação ressalta a necessidade de um plano de manejo que integre diagnósticos rigorosos, estratégias de monitoramento, e ações para a recuperação de áreas degradadas, sempre equilibrando os interesses de conservação com as necessidades das comunidades locais.

4.1.2 Fluxo de visitantes

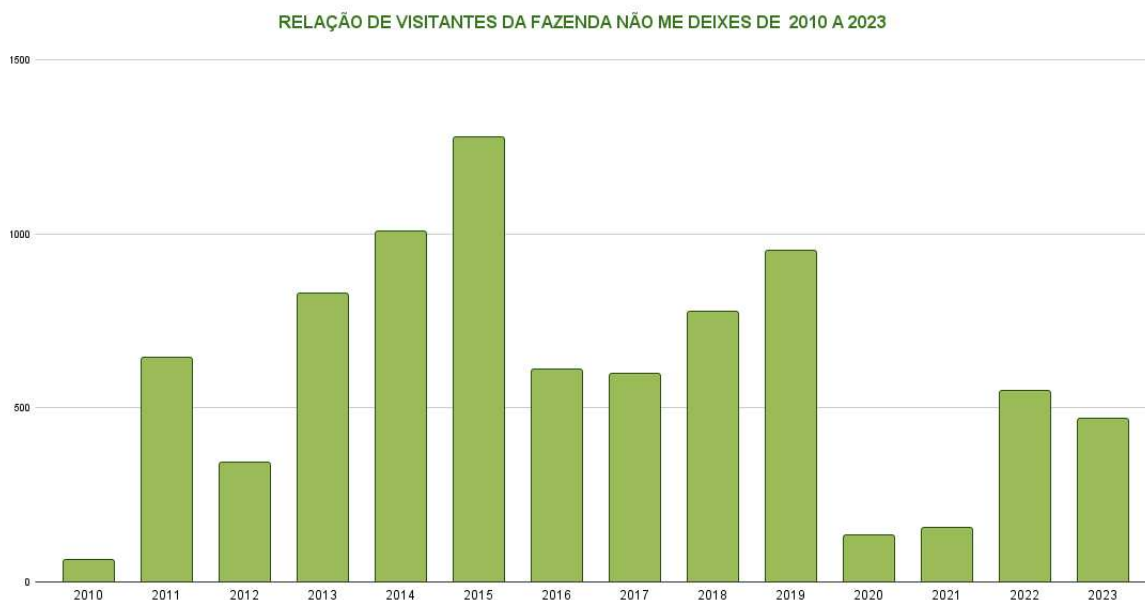
A beleza cênica, o valor histórico e cultural da Fazenda Não Me Deixes, oferecem um grande potencial para o ecoturismo. O plano de manejo estabelece diretrizes para o desenvolvimento de atividades turísticas que respeitem o ambiente natural, promovam a valorização cultural e gerem recursos para a manutenção e sustentabilidade da RPPN. Essas ações são voltadas para comunidades locais, visitantes e estudantes, criando um vínculo entre a sociedade e o meio ambiente (Associação dos Proprietários de RPPN do estado do Ceará, 2012).

Na fazenda, foram desenvolvidas atividades para que os visitantes possam ter a experiência de conhecer e explorar a casa onde viveu a escritora Rachel de Queiroz. A visitação é guiada por um funcionário que vive na fazenda, onde este conta as histórias marcantes da vida da escritora enquanto caminha pela casa. Há também uma pequena trilha ao redor da casa principal, elaborada por estudantes da Universidade Federal do Ceará, onde mostra plantas nativas, que têm suas espécies identificadas por placas, e passa pelo lago onde a escritora passou muitos momentos apreciando enquanto escrevia.

Considerando o tempo em que foram coletadas as assinaturas no caderno de visitantes, observa-se no gráfico 1 que o maior número de visitas foi de 1.276 pessoas no

ano de 2015 e de 1.008 pessoas no ano de 2014. Vale ressaltar que nesse mesmo período também se encontrou o maior número de publicação de artigos (Quadro 2). Por outro lado, nos anos de 2020 e 2021 houve uma nítida redução das visitas, fato que pode ser explicado pela restrição da pandemia da Covid-19.

Gráfico 1: Número de visitantes 2010 a 2023



Fonte: Autora (2025).

O plano de manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” estabelece diretrizes para a visitação pública, com o objetivo de ordenar e regulamentar as atividades de uso público na reserva. O plano estabelece que os visitantes só poderão acessar áreas destinadas ao uso público, restringindo o acesso a zonas sensíveis da reserva para evitar impactos negativos à biodiversidade e à segurança dos próprios visitantes. A infraestrutura da RPPN deve contar com trilhas autoguiadas, mas permite a entrada de grupos organizados com seus próprios guias ou com o serviço de condução oferecido pela reserva. Ademais, há previsão da instalação de bancos rústicos, passarelas e pontos de descanso, bem como de sinalização informativa e indicativa, para direcionar os visitantes e fornecer informações sobre a fauna, flora e história da região (Associação dos Proprietários de RPPN do estado do Ceará, 2012).

O plano também incentiva a visitação de grupos de interesses específicos, como escoteiros e observadores de aves, e recomenda a realização de eventos em datas comemorativas, ambientais e culturais. Há ainda um forte enfoque na educação ambiental, prevendo a realização de oficinas e visitas guiadas para alunos de escolas públicas municipais, com conteúdos relacionados à grade curricular. Para a sustentabilidade financeira da visitação, o plano sugere a definição de preços de ingressos, podendo oferecer pacotes promocionais e descontos para eventos especiais. Ademais, alunos da rede pública municipal e de municípios vizinhos podem ter entrada gratuita, reforçando o compromisso da RPPN com a sensibilização ambiental e a inclusão social.

A análise da procedência dos visitantes da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” revela a ampla abrangência territorial do interesse pela unidade de conservação, reforçando sua importância não apenas para o Ceará, mas também para diversas regiões do Brasil e até mesmo do exterior. Os registros de visitação indicam a presença de visitantes de estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Bahia e Distrito Federal, além de países como Argentina e Estados Unidos. Dentro do Ceará, a diversidade geográfica é ainda mais expressiva, com visitantes vindos de municípios como Fortaleza, Caucaia, Sobral, Quixadá, Crateús, Itapipoca, Morada Nova, Russas, Quixeramobim, Tauá e outros.

A presença de visitantes de localidades tão distintas demonstra que a RPPN se consolidou como um espaço relevante para o turismo ecológico e cultural, atraindo tanto moradores do semiárido nordestino quanto pessoas de centros urbanos distantes. Esse fluxo de visitantes sugere que a Fazenda Não Me Deixes é percebida como um local de referência para o conhecimento da Caatinga, um dos biomas mais ameaçados do Brasil. Ademais, a diversidade de procedências reflete a potencialidade da reserva para ações de educação ambiental, visto que seu alcance vai além do público local e atinge diferentes segmentos da sociedade, incluindo pesquisadores, estudantes e turistas interessados na biodiversidade e na história da região.

Do ponto de vista do plano de manejo, essas informações são essenciais para aprimorar a gestão da unidade. A identificação dos principais polos emissores de visitantes permite estruturar melhor a divulgação da reserva, fortalecer parcerias com instituições

acadêmicas e turísticas e planejar estratégias para aprimorar a experiência dos visitantes. Municípios como Fortaleza, Caucaia, Sobral e Quixadá, que aparecem com frequência nos registros de visitação, podem ser alvos prioritários de campanhas educativas e incentivos ao turismo sustentável. Da mesma forma, a presença de visitantes de estados mais distantes, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Rio Grande do Sul, sugere a necessidade de melhorar a infraestrutura para recepção de turistas e ampliar as possibilidades de divulgação em nível nacional.

A dispersão geográfica dos visitantes reafirma a importância da RPPN Fazenda Não Me Deixes como um espaço de integração entre conservação ambiental, turismo sustentável e pesquisa científica. O conhecimento sobre a origem dos visitantes não apenas fortalece a gestão da reserva, mas também amplia sua relevância como modelo de preservação da Caatinga, um bioma que ainda enfrenta desafios significativos em termos de proteção e reconhecimento. A continuidade desse monitoramento poderá fornecer subsídios para aprimorar as políticas de visitação, garantindo que a reserva continue a desempenhar seu papel na sensibilização ambiental e na valorização do patrimônio natural do Brasil.

De acordo com o plano de manejo da RPPN Fazenda Não Me Deixes, o ecoturismo é considerado uma fonte crucial para garantir a autonomia financeira da reserva. O plano delinea que as atividades ecoturísticas devem ser estruturadas de forma que contribuam diretamente para o financiamento da manutenção da área protegida. Isso inclui a cobrança de taxas de visitação, que são direcionadas para o financiamento de atividades de gestão e conservação, como o monitoramento da biodiversidade, a restauração de áreas degradadas e a infraestrutura da reserva, incluindo trilhas e centros de interpretação ambiental.

O plano de manejo também destaca a importância de desenvolver parcerias com operadores turísticos e guias locais, criando oportunidades de emprego para as comunidades vizinhas e incentivando a economia local. Os turistas que visitam a Fazenda Não Me Deixes não apenas contribuem com as taxas de visitação, mas também geram demanda por serviços como hospedagem, alimentação e transporte, o que beneficia diretamente os negócios locais. Ademais, o ecoturismo pode incentivar a criação de produtos sustentáveis, como artesanato local, o que diversifica ainda mais as fontes de renda para a população local.

É sugerido, ainda, que o ecoturismo seja conduzido de maneira sustentável, com foco na educação ambiental dos visitantes, garantindo que as práticas turísticas não causem impactos negativos nos ecossistemas da fazenda. A gestão eficiente das atividades ecoturísticas pode transformar a RPPN Fazenda Não Me Deixes em um modelo de sucesso de como as RPPNs podem alavancar recursos financeiros para a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que geram benefícios econômicos tangíveis para as comunidades envolvidas.

Portanto, a sustentabilidade econômica, conforme apontado no plano de manejo, está baseada na combinação da cobrança de taxas de visitação, na criação de empregos sustentáveis e na promoção do desenvolvimento local através de práticas turísticas responsáveis e educacionais.

4.1.3 Outras considerações sobre o plano de manejo da RPPN Fazenda Não me Deixes

O Plano de Manejo da RPPN Fazenda Não Me Deixes apresenta diversas ações que já foram implementadas para garantir a conservação da área e a gestão eficiente da unidade. Entre as iniciativas já realizadas, destacam-se as rondas periódicas de fiscalização, a implantação e manutenção de cercas, a instalação de placas informativas em pontos estratégicos e a abertura de trilhas rústicas para fiscalização ambiental.

Ademais, foi estruturado um sistema de prevenção e combate a incêndios, com parcerias estabelecidas junto à brigada de incêndio da região e o IBAMA, incluindo capacitação de funcionários para atuação em casos emergenciais. Também foram implementadas medidas de prevenção e controle de erosão em trilhas, visando minimizar impactos ambientais.

No âmbito da administração, a RPPN já conta com pessoal capacitado para a execução das atividades de proteção, fiscalização e visitação. Também foram elaborados orçamentos anuais e implantada uma sinalização adequada, orientando visitantes e delimitando áreas de preservação. Ademais, a propriedade segue rigorosamente a obrigatoriedade de apresentar anualmente o ADA (Ato Declaratório Ambiental) ao IBAMA, um documento essencial para o controle da sustentabilidade da área.

Essas ações refletem o compromisso da RPPN Fazenda Não Me Deixes com a conservação da Caatinga e a gestão sustentável da unidade, garantindo que a área continue a cumprir seu papel como referência na proteção da biodiversidade e no incentivo à pesquisa científica e educação ambiental.

4.2 A efetividade dos planos de Manejo de outras RPPNs

Desde a sua inclusão na Lei Federal nº 9.985 de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as RPPNs têm demonstrado um crescimento contínuo, refletindo uma crescente conscientização entre os proprietários rurais sobre a importância da conservação ambiental. Essas reservas privadas desempenham um papel crucial na ampliação da rede de áreas protegidas, especialmente em regiões onde a criação de unidades de conservação estatais seria inviável devido a questões políticas ou econômicas.

Medeiros (2006) salienta que “a criação das RPPNs é um passo essencial para a conservação da biodiversidade, especialmente em um contexto em que as áreas públicas de proteção ainda são insuficientes para cobrir a vastidão e a diversidade dos ecossistemas brasileiros”. Esta observação destaca a importância das RPPNs em complementar as áreas protegidas públicas e em garantir a proteção de ecossistemas e espécies que, de outra forma, poderiam ser negligenciados.

Mesquita (2002) estudando a Efetividade de Manejo em quatro Áreas Protegidas em RPPNs, evidencia tanto pontos de convergência quanto diferenças estratégicas resultantes das particularidades ecológicas e socioeconômicas de cada área protegida. O estudo de Mesquita destaca a importância do monitoramento contínuo e da adoção de metodologias padronizadas para avaliar a efetividade do manejo em RPPNs. Esses princípios foram incorporados no plano de manejo da RPPN “Fazenda Não Me Deixes”, mas com ajustes para atender às especificidades da Caatinga e aos desafios hídricos característicos do semiárido cearense. Como afirma Souza *et al.* (2015), “a implementação de um plano de manejo deve considerar não apenas a biodiversidade local, mas também os fatores climáticos e a interação da comunidade com a reserva”.

Entre as RPPNs analisadas no estudo de Mesquita, a governança participativa surge como um fator essencial para garantir a efetividade do manejo. No caso da RPPN “Fazenda Não Me Deixes”, o envolvimento de atores locais, pesquisadores e instituições ambientais foi determinante para o sucesso do plano. Diferente de algumas das RPPNs estudadas no trabalho de Mesquita (2002), que enfrentam dificuldades na captação de recursos e no fortalecimento de parcerias, a RPPN “Fazenda Não Me Deixes” conseguiu integrar ações conservacionistas com incentivos culturais e educacionais. Conforme registrado no plano de manejo da Fazenda (2022), “o legado histórico-cultural da RPPN é um diferencial que fortalece sua conservação, criando oportunidades para parcerias e financiamentos voltados tanto para a biodiversidade quanto para a preservação da memória de Rachel de Queiroz”.

Ademais, o estudo de Mesquita enfatiza a necessidade de mecanismos eficazes de monitoramento para avaliar o sucesso da implementação dos planos de manejo ao longo do tempo. Algumas das RPPNs analisadas por ele apresentam lacunas nesse aspecto, com ausência de indicadores claros para medir os impactos das ações implementadas. Em contraste, a RPPN “Fazenda Não Me Deixes” adotou um modelo mais flexível e adaptativo, permitindo ajustes conforme a resposta ecológica observada. De acordo com Pinto *et al.* (2014), “o manejo adaptativo é essencial para unidades de conservação em biomas como a Caatinga, onde variações climáticas influenciam diretamente o sucesso das estratégias de conservação”. Essa abordagem permitiu a revisão contínua de medidas voltadas para a regeneração da vegetação nativa e o controle de espécies invasoras, garantindo uma gestão mais eficaz dos recursos naturais.

Outro ponto de distinção relevante entre as RPPNs estudadas por Mesquita e a RPPN “Fazenda Não Me Deixes” é o potencial de desenvolvimento do ecoturismo sustentável. Enquanto algumas reservas enfrentam dificuldades na estruturação de atividades turísticas compatíveis com a conservação ambiental, a RPPN conseguiu integrar o turismo ecológico e a educação ambiental ao seu plano de manejo de maneira planejada. Como aponta o plano de manejo da RPPN (2022), “a visita controlada e a interpretação ambiental são ferramentas fundamentais para a valorização da reserva, contribuindo para sua sustentabilidade financeira e para a sensibilização da sociedade quanto à importância da

conservação da Caatinga”. Essa estratégia não apenas fortalece a proteção da biodiversidade, mas também gera benefícios econômicos para a região e promove o engajamento da comunidade local.

Portanto, a análise comparativa entre o estudo de Mesquita e o plano de manejo da RPPN Fazenda Não Me Deixes demonstra que, embora existam diretrizes gerais aplicáveis à avaliação da efetividade do manejo em RPPNs, cada unidade de conservação requer adaptações específicas às suas condições ambientais e socioeconômicas. A experiência da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” destaca a relevância da abordagem integrada, combinando conservação, cultura e participação comunitária, fatores que contribuem para o sucesso do manejo a longo prazo.

5 CONCLUSÃO

A RPPN Fazenda Não Me Deixes representa uma abordagem dinâmica e eficaz para a conservação da biodiversidade, especialmente em contextos em que a criação de áreas protegidas públicas é limitada. Com sua rica história e ligação com a escritora Rachel de Queiroz, oferece um ambiente ideal para envolver comunidades locais, visitantes e estudantes em programas educativos que conectam natureza, história e cultura. Este espaço, representa um espaço singular, combinando biodiversidade rica, legado cultural significativo e grande potencial para educação ambiental e turismo sustentável. Para isso, o plano desta reserva foi estruturado com metas claras e integradas.

A implementação bem-sucedida do plano de manejo e a integração de áreas multidisciplinares são fundamentais para garantir que esta reserva cumpra seu papel na conservação ambiental e no desenvolvimento sustentável. O incentivo à pesquisa científica é um dos pilares do plano, reconhecendo a RPPN estudada como um laboratório natural para estudos que aprofundem o conhecimento sobre seus ecossistemas e subsidiem práticas de manejo mais eficientes.

Outro aspecto relevante, é o desenvolvimento de atividades de ecoturismo sustentável, aproveitando a beleza cênica e o valor histórico da fazenda. O plano da RPPN estabelece diretrizes para que essas atividades respeitem o ambiente natural, promovam a valorização cultural e gerem recursos para a manutenção da RPPN. Ademais, o sistema de monitoramento contínuo para avaliar o estado de conservação da área e a eficácia das ações implementadas, garante a adaptação das estratégias de manejo quando necessário.

Por fim, o plano de manejo promove a integração com as comunidades locais, buscando fortalecer a relação entre a RPPN e seu entorno, incentivando práticas que beneficiem a conservação ambiental e o desenvolvimento local. Assim, o plano da RPPN Fazenda Não Me Deixes foi concebido como um instrumento robusto e adaptativo, refletindo um compromisso com a sustentabilidade ambiental, cultural e social, com iniciativas voltadas à captação de recursos, parcerias institucionais e atividades geradoras de renda, como o ecoturismo, garantindo que a riqueza natural e histórica da fazenda seja preservada para as futuras gerações.

A experiência da RPPN “Fazenda Não Me Deixes” ilustra a complexidade e o potencial das RPPNs para gerar resultados positivos a longo prazo, oferecendo um modelo que pode ser replicado e adaptado em outras regiões. Portanto, para que as RPPNs possam continuar a desempenhar um papel crucial na conservação da biodiversidade, é essencial enfrentar os desafios financeiros e técnicos, promover práticas sustentáveis e fomentar uma cultura de responsabilidade ambiental entre os proprietários de terras.

1. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. P. **Conservação e Cultura: A Integração de Valores na Criação de RPPNs no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Floresta, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

CAVALCANTI, A. B. **Gestão Sustentável em RPPNs: Indicadores e Ferramentas para o Sucesso**. Fortaleza: Editora Verde, 2019.

COSTA, R. L. **Manejo e Sustentabilidade em Reservas Particulares: Casos de Sucesso no Brasil**. Recife: Editora Nordeste, 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, C. M. da; SILVA, J. F. da. **A importância das RPPNs no Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Revista Brasileira de Direito Ambiental, 2010.

DALY, H. E.; FARLEY, J. **Ecological Economics: Principles and Applications**. Washington, DC: Island Press, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental no Brasil: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1997.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A.; OLIVEIRA, D. B. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural: o papel do proprietário privado na conservação da biodiversidade**. Ciência e Ambiente, n. 38, p. 135-158, 2009.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A. **Políticas públicas e gestão ambiental**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Dados climatológicos: Estação de Quixadá**, 2003. Fortaleza: Embrapa, Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Documentos 88), 2004.

FERREIRA, A. L. **Sustentabilidade e Gestão Privada: Análises dos Planos de Manejo em Reservas Naturais**. Curitiba: Editora Ambiente Vivo, 2020.

FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. **Dados dos postos pluviométricos do Ceará**, 2020. Disponível em:

<http://www.funceme.br/app/calendario/produto/municipios/maxima/diario?data=hoje>. Acesso em: ago. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GÓMEZ-BAGGETHUN, E. et al. The history of ecosystem services in economic theory and practice: from early notions to markets and payment schemes. **Ecological Economics**, v. 69, p. 1209-1218, 2010.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa, 2020. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep>. Acesso em: ago. 2023.

LIMA, R. C. **Métodos para Avaliação da Efetividade em Planos de Manejo: Uma Abordagem Integrada**. Rio de Janeiro: Editora Conserva, 2018.

MEDEIROS, Renato; GARAY, Iracema. **Áreas protegidas no Brasil: desafios da conservação da biodiversidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

MEDEIROS, R. A. **Conservação da biodiversidade e áreas protegidas: avanços e desafios**. São Paulo: Annablume, 2006.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. A. **Construindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação: trajetórias e desafios da conservação da biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA/SBF, 2009.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo. **Efetividade de manejo de áreas protegidas: Quatro estudos de caso em Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2002, Fortaleza, CE. III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2002. v. 1. p. 500-510.

OLIVEIRA, T. F. **Turismo Sustentável: Desafios e Oportunidades no Ecoturismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Natura, 2017.

PAULA, R. F. de; RODRIGUES, D. A. RPPNs e o desafio da conservação privada. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 123-146, 2015.

PEREIRA, T. M. **Estratégias de Conservação em RPPNs: Estudos de Caso e Boas Práticas**. Belo Horizonte: Editora Verdejante, 2021.

PINTO, S. R. et al. **Governing and delivering a biome-wide restoration initiative: the case of Atlantic Forest Restoration Pact in Brazil.** *Forests*, v. 5, n. 9, 2014.

PRIMACK, R. B.; Rodrigues, E. **Biologia da conservação.** Editora Vida, Londrina, Paraná, 2001.

RODRIGUES, R. R. **Gestão Sustentável em Unidades de Conservação.** Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SANTOS, A. A. **Parques Nacionais Brasileiros: relação entre Planos de Manejo e a atividade ecoturística.** *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 4, n. 1, p. 141-162, 2011.
Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5912/3775>.
Acesso em: ago. 2023.

SILVA, R. J. **Dinâmicas de Conservação: Avaliação de Planos de Manejo e Suas Impactos Locais.** São Paulo: Editora Terra Viva, 2021.

SILVA, R. M.; PEREIRA, J. F. **Ecosistemas do Semiárido: Desafios e Perspectivas para a Conservação.** Fortaleza: Editora Sertão, 2020.

SOUZA, J. L.; Vieira, C. L.; Silva, D. C. B. **Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural.** Brasília: ICMBio; 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
